

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

Capítulo I

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1	FUNDAMENTALIDADE FORMAL E MATERIAL DOS DIREITOS SOCIAIS.....	23
1.1	A necessidade de afirmação da fundamentalidade.....	23
1.2	Considerações de ordem terminológica.....	29
1.3	Um conceito formal dos direitos fundamentais sociais.....	33
1.4	Conceito material de direitos fundamentais sociais.....	38
1.5	Uma compreensão formal e material dos direitos fundamentais sociais.....	45
2	A ESTRUTURA DEÔNTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS.....	49
2.1	A classificação dos direitos fundamentais segundo sua funcionalidade.....	49
2.2	Direitos fundamentais sociais: direitos de defesa e direitos a prestações.....	54
2.3	A norma de direito fundamental social como um feixe de posições jusfundamentais.....	57
2.4	Crítica à classificação dos direitos entre direitos de defesa e direitos a prestações.....	59
2.5	Direitos fundamentais sociais a prestações: delimitação do estudo.....	62
3	DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS COMO REGRAS E PRINCÍPIOS.....	63
3.1	Os modelos de normas de direito fundamental.....	63
3.2	Ponderação para identificação de direitos sociais definitivos.....	73

3.3	Direitos fundamentais sociais definitivos.....	84
4	A DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	89
4.1	A dimensão objetiva dos direitos fundamentais sociais	89
4.2	A problemática da dimensão subjetiva dos direitos fundamentais sociais.....	95

Capítulo II

RESTRIÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS: NOÇÕES INSTRUMENTAIS

1	VIABILIDADE DE RESTRIÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	117
1.1	Teoria interna	118
1.2	Teoria externa.....	123
1.3	Posição adotada	126
1.4	Direitos fundamentais sociais como normas com reserva imanente de ponderação	128
2	CONCEITO DE RESTRIÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS....	131
2.1	Desenvolvimento, configuração, conformação, concretização e restrição.....	132
2.2	Restrição em sentido estrito e em sentido amplo: definição de restrição.....	139
2.3	Restrições não expressamente autorizadas pela Constituição	142
2.4	Restrição no caso dos direitos fundamentais sociais prestacionais	146
3	GARANTIA DO NÚCLEO ESSENCIAL.....	149
3.1	Teoria relativa do núcleo essencial.....	150
3.2	Teoria absoluta do núcleo essencial	153
3.3	Posição adotada	155
4	AS RESTRIÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	159
4.1	Direitos fundamentais sociais a prestações com reservas expressamente autorizadas pela constituição	159
4.2	Direitos fundamentais sociais sem reservas expressamente autorizadas pela Constituição	162
4.3	Proporcionalidade no controle das restrições aos direitos fundamentais	164

Capítulo III

A RESERVA DO POSSÍVEL COMO LIMITE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

1	Q O AMBIENTE SÓCIO-POLÍTICO-JURÍDICO DA RESERVA DO POSSÍVEL.....	175
1.1	A dogmática constitucional de plena eficácia dos direitos fundamentais sociais	175
1.2	A influência do neoliberalismo	178
2	A RESERVA DO POSSÍVEL ENQUANTO ELEMENTO CARACTERÍSTICO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	185
2.1	Custo dos direitos: a posição de Cass Sunstein e Stephen Holmes	185
2.2	A reserva do possível como limite imanente da dimensão positiva dos direitos sociais	188
3	A RESERVA DO POSSÍVEL ENQUANTO RESTRIÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS.....	193
3.1	A escassez de recursos na teoria externa das restrições aos direitos fundamentais	193
3.2	Necessidade de ponderação e fundamentação.....	196
4	CONCEITO DE RESERVA DO POSSÍVEL.....	199
4.1	Breve análise terminológica.....	199
4.2	Reserva do possível como condição de realidade	201
4.3	Diferença entre inexistência de recursos e escolha alocativa de recursos	207
4.4	Proposta de conceito de reserva do possível	211
5	A RESERVA DO POSSÍVEL NOS TRIBUNAIS	215
5.1	A reserva do possível na Alemanha	215
5.2	A aplicação da reserva do possível na jurisprudência pátria	225

Capítulo IV

LIMITES À APLICAÇÃO DA RESERVA DO POSSÍVEL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

1	A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO NA ATUALIDADE..	247
1.1	O apedrejamento da Constituição Dirigente.....	249
1.2	Teoria da Constituição Dirigente Adequada a Países de Modernidade Tardia	252

2	ATUAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NA REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	269
2.1	Breves notas sobre procedimentalismo e substancialismo	270
2.2	Decisões alocativas de recursos como problema específico: o princípio democrático e a competência do Judiciário	282
2.3	Decisões judiciais e isonomia.....	292
3	O PRECEITO DA PROPORCIONALIDADE COMO PROIBIÇÃO DA INSUFICIÊNCIA	299
3.1	Considerações iniciais	299
3.2	Adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito como proibição de insuficiência.....	302
3.3	Aplicação da proporcionalidade como proibição da insuficiência à reserva do possível	305
4	A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL	311
4.1	Tentativa de delimitação do conceito de mínimo existencial	311
4.2	A relação entre mínimo existencial e direitos fundamentais sociais	318
4.3	A ponderação entre reserva do possível e o mínimo existencial	326
	CONCLUSÃO	335
	REFERÊNCIAS	339
	ÍNDICE ALFABÉTICO	345